

1º CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA OUTORGA DAS DELEGAÇÕES DE NOTAS E DE REGISTROS
EDITAL

O Presidente da Comissão Examinadora do 1º Concurso Público de Provas e Títulos para Outorga das Delegações de Notas e de Registros, Desembargador JOSÉ ROBERTO BEDRAN, torna público o conteúdo e respectivo gabarito da Prova de Seleção realizada em 22 de agosto de 1999

Versão - 2

Prova de Seleção

CONHECIMENTOS GERAIS E LÍNGUA PORTUGUESA

01. A data 09 de julho de 1932 marcou

- (A) a eleição do Presidente Rodrigues Alves.
- (B) o início da Coluna Prestes.
- (C) a deposição do Presidente Washington Luís.
- (D) nenhuma das alternativas anteriores.

02. "Central do Brasil", filme nacional recentemente indicado para o Oscar, foi dirigido por

- (A) Arnaldo Jabor.
- (B) Cacá Diegues.
- (C) Walter Salles.
- (D) Fábio Barreto.

03. Tristão de Athayde foi o pseudônimo literário adotado por

- (A) Camilo Castelo Branco.
- (B) Érico Veríssimo.
- (C) Fernando Pessoa.
- (D) Alceu Amoroso Lima.

04. Assinale a alternativa correta em que há relação entre o autor e a obra literária.

- (A) Machado de Assis - Helena.
- (B) Érico Veríssimo - O Ateneu.
- (C) Jorge Amado - Macunaíma.
- (D) Mário de Andrade - Memórias do Cárcere.

05. O Rei Hassan, falecido em julho de 1999, era monarca do país

- (A) Jordânia.
- (B) Argélia.
- (C) Arábia Saudita.
- (D) Marrocos.

06. A OTAN, Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO), tem sede em

- (A) Paris.
- (B) Nova Iorque.
- (C) Bruxelas.
- (D) Genebra.

07. Assinale a alternativa em que ambas as frases estão gramaticalmente corretas.

- (A) 1- Durante a audiência, o advogado não entrevistou uma só vez.
2- Se vocês virem Luiz, avisem-me, por favor.
- (B) 1- No clube havia lugares para todos os sócios.
2- O governo visa ao bem-estar social do povo.
- (C) 1- João foi a Itália, mas não à Roma dos Césares.
2- Estudou muito e, porisso, foi aprovado no concurso.
- (D) 1- Vou à escola no período da manhã.
2- O caso adequa-se ao estabelecido na lei.

08. Assinale a frase correta.

- (A) Vão fazer dois anos que não vejo Maria e daqui há alguns meses, farei uma viagem para vê-la.
- (B) O público teria possibilidade de ver notáveis peças teatrais, se houvesse mais casas de

espetáculos.

(C) Haviam dez alunos na classe e uma multidão aguardavam no pátio.

(D) Não devem haver rasuras na escritura pública, e esse é o porquê de tanto cuidado.

09. Assinale a alternativa correta para a colocação das palavras nos espaços vazios.

O frio chegou repentinamente _____ território. Daqui _____ poucos meses, ninguém mais se lembrará das árvores frondosas, que _____ tanto tempo ornavam a paisagem.

(A) aquele - a - há

(B) àquele - à - a

(C) aquele - há - a

(D) àquele - a - há

10. Assinale a alternativa correta para a colocação dos verbos nos espaços vazios da frase seguinte.

Se você _____ João, diga-lhe que Paulo _____ na ação por ele proposta, tão-somente por lhe _____.

(A) ver - reconveio - aprover

(B) vir - reconviu - aprazer

(C) vir - reconveio - aprazer

(D) ver - reconviu - aprover

REGISTROS PÚBLICOS

11. Ser o Delegado dotado de fé pública significa que

(A) os atos por ele ou perante ele praticados gozam de presunção absoluta de veracidade.

(B) ele pode praticar todo e qualquer ato de sua atribuição.

(C) ele pode delegar a prática de ato, sob sua responsabilidade.

(D) os atos por ele ou perante ele praticados gozam de presunção relativa de autenticidade.

12. Os substitutos do Notário ou Oficial de Registro são escolhidos entre os

(A) escreventes e auxiliares, autorizados a praticar todos os atos extrajudiciais, simultaneamente com o Delegado, exceto lavrar testamentos.

(B) auxiliares, autorizados a praticar todos os atos extrajudiciais, na ausência do Delegado, exceto lavrar testamentos.

(C) escreventes e auxiliares, autorizados a praticar todos os atos extrajudiciais, na ausência do Delegado.

(D) escreventes, autorizados a praticar todos os atos extrajudiciais, simultaneamente com o Delegado, exceto lavrar testamentos.

13. O ingresso na atividade notarial e de registro, de acordo com a Lei no 8.935, de 18 de novembro de 1994, depende do preenchimento de vários requisitos. Assinale a alternativa que se refere ao requisito não exigido.

(A) Verificação de conduta condigna para o exercício da profissão.

(B) Estado civil.

(C) Capacidade civil.

(D) Nacionalidade brasileira.

14. São classificadores obrigatórios dos serviços extrajudiciais aqueles destinados ao arquivamento de

(A) Atos Normativos da Corregedoria Permanente; Informativo Tributário relativo ao Serviço; Comunicados do Conselho Superior da Magistratura.

(B) Atos Normativos da Corregedoria Geral; Guias de Custas; Impressos de Requisição de Material.

(C) Atos Normativos do Conselho Superior da Magistratura; Impressos de Requisição de Material; Recibos de Pagamentos de Despesas.

(D) Atos Normativos da Corregedoria Geral da Justiça; Guias de Custas; Guias de Recolhimento de Imposto de Renda na Fonte.

15. O atendimento ao público, nos serviços extrajudiciais, deve ser eficiente e adequado,

(A) todos os dias, em horários fixados pelo Delegado, com autorização do juízo competente, atendidas as peculiaridades locais.

- (B) em dias e horários fixados pelo juízo competente, por seis horas diárias, no mínimo.
- (C) a qualquer horário, desde que por oito horas diárias, no mínimo, nos dias úteis.
- (D) nos horários estabelecidos pelo juízo competente, por oito horas diárias, no mínimo, todos os dias.

16. Em cada serviço de registro haverá, de acordo com a Lei no 8.935, de 18 de novembro de 1994,

- (A) um substituto, cinco escreventes e quantos auxiliares forem necessários.
- (B) um substituto, dez escreventes e quantos auxiliares forem necessários.
- (C) dois substitutos e quantos escreventes e auxiliares forem necessários.
- (D) tantos substitutos, escreventes e auxiliares quantos forem necessários.

17. A função correccional dos serviços extrajudiciais é exercida

- (A) pelas Corregedoria Geral e Permanente do Judiciário do Estado-Membro.
- (B) pela Corregedoria Geral do Estado-Membro.
- (C) pela Corregedoria da Justiça Federal.
- (D) pelo Ministério Público Federal.

18. Os escreventes são prepostos contratados pelo Delegado do serviço extrajudicial, pelo regime

- (A) estatutário, que não podem praticar ato algum notarial ou de registro.
- (B) trabalhista, que podem praticar qualquer ato notarial ou de registro.
- (C) trabalhista, que podem praticar os atos autorizados pelo Notário ou Oficial de Registro.
- (D) estatutário, que podem praticar os atos autorizados pelo Notário ou Oficial de Registro.

19. Os serviços extrajudiciais são

- (A) públicos, exercidos em caráter privado, por delegação.
- (B) particulares, exercidos em caráter público, por funcionários públicos comissionados.
- (C) particulares, exercidos em caráter privado, por delegação.
- (D) públicos, exercidos em caráter público, por delegação.

20. São livros que obrigatoriamente o Delegado do serviço extrajudicial deve manter:

- (A) Normas de Serviço do Conselho Superior da Magistratura; Registro Diário de Receitas; Ponto dos Servidores.
- (B) Normas de Serviço da Corregedoria Geral; Registro Diário de Receitas e Despesas; Visitas e Correições.
- (C) Registro Semestral de Receitas e Despesas; Normas de Serviço da Corregedoria Permanente; Ponto do Delegado.
- (D) Registro Anual de Receitas e Despesas; Ponto do Corregedor Permanente; Visitas e Correições.

DIREITO CONSTITUCIONAL

21. Assinale a alternativa em que ambos os princípios arrolados embasam a ordem econômica estabelecida pela atual Constituição.

- (A) Soberania nacional e busca da igualdade real entre os cidadãos.
- (B) Propriedade coletiva dos meios de produção e defesa do consumidor.
- (C) Busca do pleno emprego e tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede e administração no país.
- (D) Planejamento estatal da atividade econômica, como determinante para o setor privado e defesa do meio ambiente.

22. Supondo-se que tivessem sido validamente editadas e estivessem em vigor até o advento da atual Constituição, das regras legais abaixo, a que teria sido por ela recepcionada seria

- (A) a que dispusesse sobre custas ou emolumentos devidos pela celebração de casamento.
- (B) a que declarasse ser indissolúvel a sociedade conjugal.
- (C) a que limitasse o quinhão dos filhos ilegítimos a um percentual do que é assegurado aos filhos legítimos.
- (D) a que facultasse aos pais o direito de livremente deserदार seus filhos maiores, sem necessidade de motivar tal decisão.

23. Constitui exemplo de exercício do Poder Constituinte Decorrente
- (A) a Constituição da Alemanha, promulgada em Weimar em 1.922.
 - (B) a Constituição dos Estados Unidos da América, de 1.787.
 - (C) a Constituição do Estado de São Paulo, de 1.989.
 - (D) a Emenda Constitucional no 20, de 1998, à Constituição da República Federativa do Brasil, de 1.988.
24. Das afirmativas abaixo, assinale a verdadeira.
- (A) Incumbe ao Procurador-Geral da República fazer a defesa do texto impugnado, no caso de ação direta declaratória de inconstitucionalidade de lei.
 - (B) As pessoas e entidades legitimadas a propor ação declaratória de constitucionalidade são todas aquelas que têm legitimidade para propor ação direta de inconstitucionalidade.
 - (C) As ações diretas declaratórias de inconstitucionalidade são de competência originária do Superior Tribunal de Justiça.
 - (D) Já existe no Direito brasileiro o efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário, no caso de decisão definitiva de mérito proferida pelo Supremo Tribunal Federal em ação declaratória de constitucionalidade de lei.
25. Não se incluem entre os bens da União
- (A) as terras tradicionalmente ocupadas por índios.
 - (B) as ilhas fluviais que se encontrem em zona limítrofe entre dois Estados.
 - (C) os sítios arqueológicos.
 - (D) os rios que banhem mais de um Estado.
26. A suspensão de execução de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, proferida em recurso extraordinário, cabe
- (A) ao Senado Federal.
 - (B) ao próprio Supremo Tribunal Federal.
 - (C) à Câmara dos Deputados.
 - (D) ao Presidente da República.
27. Ante as exceções estabelecidas pela Constituição para o princípio da inviolabilidade de domicílio, reconhece-se como legítimo o ingresso em casa alheia, sem o consentimento do morador,
- (A) durante o dia, por determinação da autoridade policial, no curso de inquérito.
 - (B) a qualquer hora, por determinação judicial, no curso de instrução criminal.
 - (C) a qualquer hora, por qualquer do povo, em caso de flagrante delito.
 - (D) durante o dia, por determinação da autoridade fazendária, para investigar sonegação de renda.
28. Na repartição de competências, estabelecida pela Constituição,
- (A) são da União, por residualidade, aquelas que não tenham sido discriminadamente atribuídas aos Estados ou aos Municípios.
 - (B) compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar, concorrentemente, sobre desapropriação.
 - (C) é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios cuidar da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência.
 - (D) compete privativamente à União legislar sobre previdência social.
29. Não é vedado aos membros do Congresso Nacional
- (A) firmar contrato que não obedeça a cláusulas uniformes com empresa concessionária de serviço público.
 - (B) exercer emprego remunerado em sociedade de economia mista.
 - (C) ser proprietário de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público.
 - (D) exercer a advocacia.
30. Assinale a alternativa que contém afirmação falsa quanto ao processo legislativo.
- (A) As leis complementares e as ordinárias são aprovadas se obtiverem maioria absoluta dos votos dos membros de cada Casa do Congresso Nacional e estão sujeitas a sanção ou

veto pelo Presidente da República.

(B) As emendas à Constituição são aprovadas se obtiverem três quintos dos votos dos membros de cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, e não estão sujeitas a sanção ou veto pelo Presidente da República.

(C) As leis delegadas são elaboradas pelo Presidente da República e nem sempre necessitam de aprovação posterior pelo Congresso.

(D) As medidas provisórias são editadas pelo Presidente da República, com força de lei, mas devem ser submetidas ao Congresso Nacional, perdendo eficácia se não forem convertidas em lei.

DIREITO CIVIL

31. Assinale a alternativa correta sobre o contrato de doação.

(A) Cabe revogação da doação por ato de vontade unilateral do doador, sem intervenção judicial.

(B) A doação opera, por si só, a transferência do domínio do bem doado, independentemente da tradição ou do registro.

(C) A doação universal é nula.

(D) A doação dos pais aos filhos importa em adiantamento da legítima, desde que tal cláusula tenha sido expressamente estipulada no contrato.

32. O direito de representação, em matéria sucessória,

(A) só se dá na linha reta ascendente, e não na descendente.

(B) não se dá nunca na linha transversal, mas só na descendente e ascendente.

(C) só se dá na linha transversal, nunca na descendente e ascendente.

(D) dá-se na linha descendente, nunca na ascendente, e pode se dar na linha transversal.

33. É nulo o ato jurídico

I. quando praticado por pessoa relativamente incapaz;

II. quando for ilícito seu objeto;

III. quando não revestir a forma prescrita em lei;

IV. por vício resultante de simulação.

São verdadeiras apenas as afirmações

(A) I e IV.

(B) I e II.

(C) II e III.

(D) I e III.

34. Não é direito do consumidor

(A) ser sempre informado, de maneira clara e com completa especificação de quantidade, qualidade e preço, sobre diferentes produtos e serviços.

(B) ver sempre alcançado o patrimônio do sócio, para reparação de danos causados pelo descumprimento de obrigação contratual da pessoa jurídica.

(C) ser sempre protegido contra práticas comerciais desleais e contra publicidade enganosa.

(D) ter acesso ao órgão judiciário para prevenção de danos puramente morais.

35. Fornecedor, nos termos do Código de Defesa do Consumidor,

(A) pode ser um ente despersonalizado.

(B) pode ser a pessoa jurídica nacional, privada ou pública, mas não a pessoa jurídica estrangeira.

(C) pode ser tanto a pessoa física quanto a jurídica, privada ou pública, mas nacional.

(D) pode ser apenas a pessoa jurídica, quando estrangeira.

36. Assinale a alternativa incorreta sobre a mora.

(A) Nas obrigações sem prazo assinado, há necessidade de o credor constituir o devedor em mora, por interpelação ou protesto ou notificação. É a chamada mora "ex persona".

(B) A mora do devedor perpetua a obrigação, que passa a responder pela impossibilidade da prestação, salvo se demonstrar que a perda ou deterioração da coisa decorreu de caso fortuito ou força maior.

(C) Nas obrigações a termo, líquidas e positivas, a mora decorre do simples vencimento,

independentemente de qualquer aviso ou interpelação. É a chamada mora "ex re", com aplicação da regra "dies interpellat pro homine".

(D) A mora do devedor pressupõe inexecução culposa. Sem culpa do devedor não há mora, mas mero retardamento.

37. Considere as afirmações sobre as formas de reconhecimento voluntário de filhos.

I. No próprio termo de nascimento.

II. Por escritura pública ou outro documento público.

III. Por testamento, ainda que incidentalmente manifestado.

IV. Por instrumento particular, a ser arquivado em cartório.

V. Por manifestação direta e expressa perante o juiz, ainda que não constitua objeto único e principal do ato que o contém.

Pode-se dizer que estão corretas

(A) I, II, III e V, apenas.

(B) I, II, III, IV e V.

(C) I, II e III, apenas.

(D) I, II, III e IV, apenas.

38. São direitos reais de garantia:

(A) penhor, anticrese e hipoteca.

(B) enfiteuse, penhor e hipoteca.

(C) servidão, hipoteca e penhor.

(D) habitação, anticrese e hipoteca.

39. O usucapião extraordinário tem os seguintes requisitos:

(A) posse com prazo de dez anos entre presentes e quinze entre ausentes, contínua, justa, pacífica, com ânimo de dono, justo título e boa fé.

(B) posse com prazo de vinte anos, contínua, justa, pacífica, com ânimo de dono, independentemente de justo título e boa fé.

(C) posse com prazo de vinte anos, contínua, justa, pacífica, com ânimo de dono, justo título e boa fé.

(D) posse com prazo de vinte anos, contínua, justa, pacífica, com ânimo de dono, para moradia própria ou da família.

40. Assinale a alternativa incorreta.

(A) No Direito brasileiro, embora existam exceções, em regra é proibido o contrato que tem por objeto a herança de pessoa viva.

(B) Os contratos benéficos merecem interpretação estrita.

(C) A exceção de contrato não cumprido aplica-se a todos os contratos.

(D) Admite-se, quando a lei não exigir que seja expressa, a manifestação tácita de vontade em matéria contratual.

41. No sistema do Código Civil, em matéria de direitos reais de garantia, o chamado pacto comissório

(A) é perfeitamente lícito.

(B) admite-se somente na hipoteca.

(C) é proibido, mas a disposição contratual neste sentido mostra-se apenas anulável.

(D) encontra vedação expressa em lei, sendo nula a cláusula que o institui.

42. O testamento conjuntivo simultâneo, vedado pelo Código Civil, é aquele em que

(A) os testadores, num só ato, dispõem beneficiando um ao outro.

(B) os testadores, num só ato, dispõem conjuntamente em favor de terceiro.

(C) os testadores, em atos distintos, mas contemporâneos, dispõem beneficiando um ao outro.

(D) os testadores, num só ato, efetuam disposições em retribuição de outras correspondentes.

43. Considere as afirmações sobre o contrato de mandato.

I. É nula a obrigação cambial assumida por procurador do mutuário vinculado ao mutuante, no exclusivo interesse deste.

II. Havendo mais de um mandatário, nomeados no mesmo instrumento, presume-se sejam solidários, no silêncio do contrato.

III. A procuração em causa própria dispensa o mandatário da prestação de contas, sobrevive à morte do mandante e se contiver os requisitos e formalidades do negócio visado, vale por ele.

IV. No caso de morte do mandante, são válidos os atos praticados pelo mandatário enquanto este ignorar o fato, em relação aos contraentes de boa fé.

Pode-se dizer que são corretas somente as afirmações

- (A) I e II.
- (B) III e IV.
- (C) I, III e IV.
- (D) I, II e III.

44. Assinale a alternativa incorreta sobre a novação.

- (A) Se o novo devedor for insolvente, não há ação regressiva contra o devedor originário.
- (B) As garantias reais e fiança prestadas por terceiros somente se mantêm se eles anuírem à nova obrigação.
- (C) Caso seja nula a nova obrigação, sobrevive a obrigação original.
- (D) A alteração da taxa de juros e a cambial emitida em reforço da obrigação original significam novação.

45. Assinale a alternativa incorreta a respeito da interferência da responsabilidade penal sobre a responsabilidade civil.

- (A) A sentença condenatória proferida na esfera criminal é título executivo na esfera civil, não mais se admitindo nova discussão sobre a existência do fato, sua autoria ou culpa do agente.
- (B) A sentença condenatória proferida na esfera criminal é título executivo na esfera civil, admitindo, porém, discussão sobre eventual culpa concorrente da vítima, para efeito de minorar a indenização.
- (C) A sentença absolutória na esfera penal, por atipicidade da conduta do agente, não impede o ajuizamento de ação indenizatória na esfera civil, pelo mesmo fato.
- (D) A sentença absolutória na esfera penal, por insuficiência de provas da culpa do agente, impede o ajuizamento de ação indenizatória na esfera civil, pelo mesmo fato.

46. Assinale a alternativa incorreta sobre regime de bens do casamento.

- (A) O pacto antenupcial é negócio jurídico solene e está sujeito à caducidade, caso o matrimônio não se realize no prazo máximo de sessenta dias.
- (B) Escolhido o regime de bens e realizado o casamento, não mais pode ser ele alterado, ainda que haja consenso entre cônjuges.
- (C) Para produzir efeitos contra terceiros, deve o pacto antenupcial ser registrado na circunscrição imobiliária do primeiro domicílio dos cônjuges.
- (D) É obrigatório o regime da separação de bens de todos os que dependerem, para casar, de autorização judicial.

47. Leia as afirmações sobre união estável.

I. Na falta de descendentes e de ascendentes do falecido, o companheiro sobrevivente terá direito à totalidade da herança.

II. Os bens móveis e imóveis adquiridos a título oneroso e com esforço exclusivo de um dos conviventes, na constância de união estável sem contrato escrito, não se comunicam ao outro convivente.

III. O companheiro sobrevivente, enquanto não constituir nova união, terá direito ao usufruto de bens do falecido, se este deixar filhos ou ascendentes.

IV. A administração do patrimônio comum dos conviventes compete a ambos, salvo estipulação contrária em contrato escrito.

Pode-se dizer que são corretas as afirmações

- (A) I, II, III e IV.
- (B) I, II e III, somente.

(C) I, II e IV, somente.

(D) I, III e IV, somente.

48. Assinale a alternativa correta sobre o direito de usufruto.

(A) O direito de usufruto sobre imóveis sempre dependerá de registro, ainda quando resultar de direito de família.

(B) O exercício do usufruto não pode ser cedido a terceiros, por título gratuito ou oneroso.

(C) O usufruto constituído a favor de pessoa jurídica extingue-se com esta, ou, se ela perdurar, aos cem anos do início do exercício.

(D) Constituído o usufruto em favor de cônjuges, o falecimento de um deles acarretará, automaticamente, o direito de acrescer do sobrevivente.

49. A lei posterior revoga a anterior quando

I. com ela for incompatível;

II. regule inteiramente a matéria tratada na lei anterior;

III. a anterior for declarada inconstitucional;

IV. a posterior for declarada constitucional.

São incorretas as afirmações

(A) III e IV.

(B) I e III.

(C) I e IV.

(D) II e IV.

50. A faz doação de um imóvel a B, estabelecendo que o contrato somente produzirá efeitos quando B tiver filhos. A modalidade de ato jurídico a identificar é

(A) termo inicial.

(B) condição suspensiva.

(C) encargo.

(D) condição resolutiva.

DIREITO ADMINISTRATIVO

51. São penas disciplinares aplicáveis ao Delegado do serviço extrajudicial:

(A) advertência, disponibilidade e perda da delegação.

(B) advertência, multa e suspensão.

(C) repreensão, suspensão e perda da delegação.

(D) advertência, suspensão e demissão.

52. Ao delegar a prestação de serviço público, os poderes que o Estado, necessariamente, reserva para si, são:

I. Regulamentação.

II. Fiscalização.

III. Intervenção.

IV. Seleção de pessoal.

Assinale a alternativa correta.

(A) Apenas I, II e III.

(B) I, II, III e IV.

(C) Apenas I e II.

(D) Apenas I.

53. Analise as afirmativas abaixo.

I. É princípio de Direito Administrativo o da supremacia do interesse público sobre o particular.

II. Em nome do princípio da autonomia da vontade, deve-se admitir que, nas relações entre particulares, podem eles fazer tudo o que não for proibido por lei.

III. Em consequência, também à Administração Pública se deve reconhecer o direito de fazer tudo aquilo que não for proibido por lei.

Dessas afirmativas, são admitidas pelo Direito brasileiro

(A) apenas I e II.

(B) I, II e III.

(C) apenas I e III.

(D) apenas II e III.

54. Considere os seguintes atributos:

I. irrevogabilidade;

II. presunção de legitimidade;

III. presunção de veracidade.

Pode-se dizer que são inerentes aos atos administrativos:

(A) I, II e III.

(B) apenas I e II.

(C) apenas I e III.

(D) apenas II e III.

55. O ato administrativo unilateral e vinculado pelo qual a Administração faculta a quem preencha os requisitos legais o exercício de uma atividade ou a realização de fatos materiais é a

(A) licença.

(B) autorização.

(C) permissão.

(D) concessão.

56. Adotada a terminologia do Código Civil, que classifica os bens públicos em bens de uso comum do povo, bens de uso especial e bens dominicais, assinale a alternativa que contém afirmação falsa.

(A) Os bens de uso especial integram o patrimônio do Estado, são indisponíveis e não são sujeitos a usucapião.

(B) Os bens dominicais são disponíveis e sujeitos a usucapião.

(C) Os bens de uso comum do povo, também chamados bens de domínio público do Estado, são indisponíveis e não são sujeitos a usucapião.

(D) Os bens de uso especial convertem-se em bens dominicais se ocorrer desafetação.

57. A extinção de concessão de serviço público, declarada por ato unilateral do poder concedente, em razão do descumprimento, pela concessionária, de cláusulas contratuais ou de disposições legais ou regulamentares concernentes à concessão é, segundo terminologia adotada por lei, caso de

(A) caducidade.

(B) encampação.

(C) rescisão.

(D) anulação.

58. Em matéria de responsabilidade do Estado, é falso dizer que

(A) não só as pessoas jurídicas de direito público, mas também as de direito privado prestadoras de serviço público respondem objetivamente pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causem a terceiro.

(B) o agente que cause o dano somente responde regressivamente se tiver agido com dolo ou culpa.

(C) no caso de dano causado por ato de multidão, o Estado responderá não por responsabilidade objetiva, mas sim se for provada a culpa da administração.

(D) também há responsabilidade objetiva do Estado no caso de dano causado por fenômeno da natureza.

59. A investidura de servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, verificada em inspeção médica, tem o nome de

(A) recondução.

(B) transferência.

(C) reversão.

(D) readaptação.

60. A forma de intervenção do Estado na propriedade privada, que gera, automaticamente,

- por força de lei, limitação ao direito de construir nos imóveis que se situem na vizinhança, é
- (A) tombamento.
 - (B) requisição administrativa.
 - (C) servidão administrativa.
 - (D) edificação compulsória.

DIREITO COMERCIAL

61. Um comerciante em concordata preventiva emite um cheque, que é devolvido por insuficiência de fundos. Nestas circunstâncias, o credor poderá
- (A) executar o título ou requerer a falência.
 - (B) habilitar o título na concordata.
 - (C) nada fazer, até o encerramento da concordata.
 - (D) nenhuma das alternativas é correta.
62. Para a constituição de uma sociedade anônima são necessários, pelo menos,
- (A) sete sócios.
 - (B) cinco sócios.
 - (C) dois sócios.
 - (D) quatro sócios.
63. A responsabilidade dos sócios, nas sociedades por quotas de responsabilidade limitada, é, em regra,
- (A) ilimitada.
 - (B) limitada ao importe do capital social não integralizado.
 - (C) limitada ao importe das dívidas anteriormente constituídas.
 - (D) limitada ao importe total do capital social.
64. A obrigação do avalista, em título de crédito,
- (A) persiste, mesmo que nula a obrigação avalizada, por qualquer razão que não seja um vício de forma.
 - (B) depende do destino da obrigação do avalizado.
 - (C) é inexigível, se inexigível a obrigação principal.
 - (D) não está sujeita a prescrição.
65. O prazo de prescrição para a execução de um cheque é de
- (A) um ano.
 - (B) seis meses.
 - (C) dois anos.
 - (D) três anos.
66. O protesto de um título de crédito, no Direito brasileiro,
- (A) serve a conservar direito regressivo ou a provar a existência da obrigação subjacente ao título.
 - (B) serve apenas a conservar direito regressivo.
 - (C) serve a provar a existência da obrigação regressiva e o não pagamento do título.
 - (D) serve a conservar direito regressivo e a provar apresentação do título.
67. O arrendamento mercantil diferencia-se da compra e venda com reserva de domínio porque
- (A) o arrendatário tem a posse direta e indireta do bem, enquanto o comprador tem a posse direta, indireta e a propriedade do bem, sujeita a condição resolutiva, consistente no inadimplemento das prestações de pagamento do preço.
 - (B) o arrendatário paga contraprestações de amortização do preço da coisa, enquanto o comprador paga prestações pelo uso da coisa durante a pendência de condição resolutiva.
 - (C) o arrendatário paga contraprestações com natureza de aluguel, havendo valor residual para aquisição da propriedade, enquanto o comprador, sob condição suspensiva, paga prestações de amortização do preço.
 - (D) o arrendatário adquire a propriedade ao término do pagamento das contraprestações, que amortizam o preço, enquanto o comprador a adquire no ato da compra, sob condição resolutiva, consistente no inadimplemento das prestações de pagamento do preço.

68. O estabelecimento comercial é

(A) considerado um bem imóvel, consistente na base física em que se instala o empresário, instrumento para exercício de sua atividade.

(B) considerado um bem móvel, composto de bens corpóreos e incorpóreos, que o empresário une para exercício de sua atividade.

(C) considerado um bem móvel, composto pelos bens corpóreos de que se vale o empresário para exercício de sua atividade.

(D) considerado um bem imóvel, composto por bens corpóreos móveis e imóveis, necessário ao exercício da atividade empresarial.

69. Na alienação fiduciária, o devedor fiduciário

(A) adquire bem do credor, mantendo a posse direta, transferindo a indireta e o domínio resolúvel.

(B) aliena bem ao credor, mantendo a posse indireta, transferindo a direta e o domínio resolúvel.

(C) adquire bem do credor, mantendo a posse indireta, transferindo a direta e o domínio resolúvel.

(D) aliena bem ao credor, mantendo a posse direta, transferindo a indireta e o domínio resolúvel.

70. São proibidos de comerciar:

(A) o falido, a mulher casada, não autorizada pelo marido, e o militar.

(B) o funcionário público, o falido não reabilitado e o leiloeiro.

(C) o concordatário, o menor impúbere e o funcionário público.

(D) o militar, o concordatário e o funcionário público.

DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL

71. O funcionário público que exige para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, comete o crime de

(A) prevaricação.

(B) concussão.

(C) condescendência criminosa.

(D) corrupção passiva.

72. O agente que pratica fato descrito em norma penal, mas age em legítima defesa,

(A) não comete crime, já que se trata de uma causa excludente de antijuridicidade.

(B) comete crime, mas está isento de pena.

(C) não comete crime, uma vez que se trata de uma dirimente.

(D) comete crime, todavia a punibilidade será declarada extinta.

73. O conceito de funcionário público, para fins penais,

(A) alcança somente aqueles que exerçam, mediante remuneração, cargo, emprego ou função pública.

(B) abarca aqueles que exerçam, com ou sem remuneração, cargo, emprego ou função pública.

(C) é idêntico ao do direito administrativo.

(D) é variável de acordo com cada tipo penal.

74. Constitui nota característica do procedimento referente aos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos:

(A) a concentração de todos os atos instrutórios em uma única audiência.

(B) possibilidade de o juiz substituir o interrogatório do réu por apresentação de defesa escrita.

(C) desnecessidade de fundamentação da decisão de rejeição da denúncia.

(D) a existência de um contraditório antes da decisão sobre o recebimento da denúncia ou queixa, com a apresentação da chamada defesa preliminar.

75. No crime de peculato, praticado em concurso de pessoas, a qualidade de funcionário público

- (A) é circunstância de caráter pessoal, não se comunicando aos co-autores e partícipes estranhos ao quadro funcional.
- (B) tem natureza de circunstância objetiva, comunicando-se aos co-autores e partícipes estranhos ao quadro funcional.
- (C) é elementar, mas comunica-se somente aos co-autores, não alcançando os partícipes.
- (D) constitui elementar, razão por que se comunica a co-autores e partícipes, ainda que estes não sejam funcionários públicos.

76. Em matéria de prescrição da pretensão punitiva relativa ao crime de falsificação ou alteração de assentamento do registro civil, o termo inicial do prazo de prescrição é

- (A) a data em que o fato se tornou conhecido da autoridade pública.
- (B) o dia em que o crime se consumou.
- (C) o dia em que foi iniciada a execução do delito.
- (D) a data do oferecimento da denúncia por parte do Ministério Público.

77. Assinale a alternativa incorreta.

- (A) No crime de falsidade ideológica, o vício incide sobre a idéia expressa no documento.
- (B) Na falsidade documental, a nota promissória é considerada documento público.
- (C) A falsidade documental grosseira, inidônea a iludir é passível de punição, dada a relevância do bem jurídico tutelado.
- (D) Não é punível o falso que diga respeito a fato juridicamente irrelevante.

78. Não admitem a tentativa

- (A) os crimes materiais.
- (B) os crimes em que se exige o dolo específico.
- (C) os crimes culposos.
- (D) os crimes formais.

79. A unidade de ação com pluralidade de crimes denota

- (A) concurso formal.
- (B) concurso material.
- (C) crime continuado.
- (D) crime habitual.

80. Presenciando a prática de um crime de ação penal pública incondicionada, no interior da unidade em que exerce sua atividade, o notário

- (A) pode prender o agente em flagrante.
- (B) tem o dever de prender em flagrante o agente, dada a sua condição de servidor público.
- (C) é obrigado a efetuar a prisão em flagrante, em razão do local em que o delito foi cometido.
- (D) não poderá efetuar a prisão em flagrante, devendo comunicar o fato imediatamente à autoridade policial.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

81. Assinale a alternativa correta.

- (A) Reputam-se conexas duas ou mais ações, quando lhes forem comuns o objeto e o interesse de agir.
- (B) Dá-se a continência entre duas ou mais ações sempre que há identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o objeto de uma, por ser mais amplo, abrange o das outras.
- (C) Dá-se a conexão entre duas ou mais ações sempre que há identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o objeto de uma, por ser mais amplo, abrange o das outras.
- (D) Dá-se continência entre duas ou mais ações quando lhes forem comuns o objeto e a causa de pedir.

82. Observar-se-á o procedimento sumário, exceto

- (A) nas causas de cobrança ao condômino de quaisquer quantias devidas ao condomínio.
- (B) nas causas de ressarcimento por danos em prédio urbano ou rústico.
- (C) nas causas cujo valor não exceder 40 (quarenta) vezes o maior salário mínimo vigente no país.
- (D) nas causas de cobrança de honorários dos profissionais liberais, ressalvando o disposto

em legislação especial.

83. Considera-se medida cautelar

- (A) o seqüestro de bens móveis.
- (B) a substituição de título ao portador.
- (C) a consignação em pagamento.
- (D) a restauração de autos.

84. A citação pelo correio, para qualquer comarca do País, pode ser feita

- (A) quando for ré pessoa jurídica de direito privado.
- (B) nas ações de estado.
- (C) quando for ré uma autarquia.
- (D) quando o autor requerer de outra forma.

85. Considere as seguintes assertivas.

I. São títulos executivos extrajudiciais: a letra de câmbio, a nota promissória, a duplicata, o cheque e o crédito decorrente de aluguel comprovado por contrato escrito.

II. Nas decisões interlocutórias caberá agravo retido nos autos no prazo de 5 dias, ou por instrumento, no prazo de 10 dias.

III. Cabem embargos declaratórios quando houver na sentença ou acórdão: obscuridade, contradição, omissão ou dúvida.

IV. Cabem embargos infringentes quando não for unânime o julgado proferido em apelação e em agravo de instrumento.

Pode-se afirmar que somente

- (A) I e IV são verdadeiras.
- (B) I e II são verdadeiras.
- (C) IV é verdadeira.
- (D) I é verdadeira.

DIREITO TRIBUTÁRIO

86. É de competência dos Municípios o imposto sobre

- (A) propriedade de veículos automotores.
- (B) propriedade territorial rural.
- (C) propriedade predial e territorial urbana.
- (D) operações relativas à circulação de mercadorias e serviços.

87. O ato pelo qual a autoridade administrativa, autorizada por lei e seguindo critérios estabelecidos no CTN, perdoa, total ou parcialmente, um débito tributário, denomina-se

- (A) imunidade.
- (B) remissão.
- (C) isenção.
- (D) anistia.

88. Assinale a alternativa que arrola as espécies de tributos no sistema tributário nacional.

- (A) Taxas, tarifas e contribuição de melhoria.
- (B) Taxas, contribuição de melhoria e impostos.
- (C) Taxas, preço público e empréstimo compulsório.
- (D) Impostos, preço público e taxas.

89. O prazo de validade da Certidão Negativa de Débitos do INSS, exigida na alienação de bem imóvel, é de

- (A) seis meses.
- (B) três meses.
- (C) trinta dias.
- (D) sessenta dias.

90. É de competência dos Estados o imposto sobre

- (A) transmissão "causa mortis" e doação de quaisquer bens e direitos.
- (B) serviços de qualquer natureza.
- (C) transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso.
- (D) produtos industrializados.

Versão - 2

Gabarito da Prova de Seleção

1 - D; 2 - C; 3 - D; 4 - A; 5 - D; 6 - C; 7 - B; 8 - B; 9 - D; 10 - C;
11 - D; 12 - D; 13 - B; 14 - D; 15 - B; 16 - D; 17 - A; 18 - C; 19 - A; 20 - B;
21 - C; 22 - D; 23 - C; 24 - D; 25 - B; 26 - A; 27 - C; 28 - C; 29 - D; 30 - A
31 - C; 32 - D; 33 - C; 34 - B; 35 - A; 36 - B; 37 - B; 38 - A; 39 - B; 40 - C;
41 - D; 42 - B; 43 - C; 44 - D; 45 - D; 46 - A; 47 - D; 48 - C; 49 - A; 50 - B;
51 - C; 52 - A; 53 - A; 54 - D; 55 - A; 56 - B; 57 - A; 58 - D; 59 - D; 60 - A;
61 - A; 62 - C; 63 - B; 64 - A; 65 - B; 66 - D; 67 - C; 68 - B; 69 - D; 70 - B;
71 - B; 72 - A; 73 - B; 74 - D; 75 - D; 76 - A; 77 - C; 78 - C; 79 - A; 80 - A;
81 - B; 82 - C; 83 - A; 84 - A; 85 - D; 86 - C; 87 - B; 88 - B; 89 - D; 90 - A